

37º Encontro Anual da ANPOCS
ST04 - Comportamento político

Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidismo brasileiro

Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM/UFPR)

Julian Borba (UFSC)

Éder Rodrigo Gimenes (UFSC)

Águas de Lindóia, SP, 23 a 27 de setembro de 2013.

Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidismo brasileiro¹

Ednaldo Aparecido Ribeiro²

Julian Borba³

Éder Rodrigo Gimenes⁴

Resumo

A partir de pesquisas em democracias avançadas, pesquisadores têm alertado para a expansão de um novo perfil de eleitor, o apartidário, caracterizado por alta mobilização cognitiva, forte apoio à democracia, posicionamento crítico em relação às instituições hierárquicas e preferência por formas diretas de ação política. Russel Dalton, combinando variáveis de mobilização cognitiva e simpatia partidária, definiu ainda três outros perfis de eleitores: independente apolítico, partidários rituais e partidários cognitivos. Essa nova tipologia do eleitorado contemporâneo traz uma série de novos desafios para as instituições democráticas e seus impactos ainda não são claros. Como a pertinência dessa classificação ainda não foi testada no contexto das jovens democracias, propomos nesse trabalho a identificação dos condicionantes sociais, atitudinais e comportamentais de cada um dos quatro tipos de eleitores entre o público brasileiro, usando para tanto os dados produzidos pelo LAPOP em sua onda de 2012.

Considerações iniciais

No debate contemporâneo sobre os padrões de cidadania política nos regimes democráticos, a distinção entre modalidades tradicionais e inovadoras de engajamento cívico aparece com força. De uma forma geral, as pesquisas recentes têm apontado para um quadro de redução do envolvimento nesse primeiro grupo de canais (DALTON; WATTENBERG, 2002; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011), com destaque para os partidos políticos, e o avanço do ativismo por canais que alguns chamam de não-convencionais, como os diferentes tipos de protesto (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; CATTERBERG, 2003; DELLA PORTA, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011).

Focalizando especificamente a situação dos partidos políticos, pesquisadores

¹ Este *paper* é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Os determinantes do ativismo partidários e do comparecimento eleitoral na América Latina”, desenvolvido com apoio financeiro do CNPq/CAPES.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Contato: ednaldorip@uol.com.br

³ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: julian@cfh.ufsc.br

⁴ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: ergimenes@uem.br

como Russell Dalton (2013) têm se dedicado à discussão sobre essa mudança no padrão de interações entre cidadãos e instituições. A partir de dados que apontam para o crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos, esses pesquisadores têm diagnosticado a crise dessas instituições, caracterizada principalmente pelo declínio das taxas de filiação em países europeus, nos Estados Unidos e em algumas nações latino-americanas.

Boa parte desses diagnósticos atribui a causalidade do fenômeno a fatores estruturais, em especial à reorganização funcional dos partidos políticos frente às alterações em seu relacionamento com o Estado, que media e controla a competição eleitoral. Entretanto, há que se considerar a relevância de fatores exógenos às instituições, em especial o refinamento cognitivo dos cidadãos (BAQUERO, 2000; MAIR, 2003; WITHELEY, 2011; MAYER, 2011; DALTON, 2013). Sob esta perspectiva, o afastamento dos eleitores em relação aos partidos não seria tratado apenas como consequência, mas também como fator causal, do declínio dos partidos políticos enquanto instituições representativas.

É nesse sentido que Dalton (2013) levanta a tese de que os Estados Unidos e as demais democracias avançadas estariam presenciando a expansão de um novo tipo de eleitor, que o autor denomina apartidário. Tal eleitorado seria constituído por indivíduos dotados de alta cognição e se caracterizaria por uma base atitudinal de forte apoio à democracia, posicionamento crítico em relação às instituições hierárquicas e preferência pelas formas diretas de ação política. Dentre as consequências de tal constatação advêm tanto alterações no comportamento político do eleitorado, em nível micro social, quanto mudanças na estrutura do jogo político e no posicionamento de candidatos e partidos, no período eleitoral e para além dele, no nível macrossociológico.

As características peculiares desse eleitor desencantado com as instituições tradicionais da democracia fazem com que o cenário contemporâneo não seja visto como negativo ou potencialmente perigoso para a estabilidade democrática. Pelo contrário, esse novo eleitor é visto como agente de uma nova cidadania crítica, totalmente congruente com processos de aprofundamento dessa forma de governo, já que são portadores de valores fortemente democráticos e estariam orientados para formas de atuação política mais horizontalizadas e baseadas na auto-expressão (DALTON, McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON, 2013).

Essa interpretação é plausível nos contextos das democracias consolidadas com

longo histórico de estabilidade política, sobretudo em razão dos consideráveis estoques de legitimidade dessa forma de governo, construídos ao longo de gerações socializadas sob a vigência de instituições democráticas. Em cenários distintos, como os das chamadas jovens democracias, todavia, a sua aplicabilidade merece ser ao menos problematizada. A adesão normativa entre cidadãos dessas nações com baixa tradição democrática tende a ser mais frágil, logo, os efeitos da desafeição partidária podem ser mais deletérios, sendo plausíveis hipóteses de efeitos desestabilizadores (TORCAL; MONTERO, 2006; RIBEIRO, 2011).

É nesse debate sobre efeitos positivos e negativos da desafeição dos cidadãos a essas instituições representativas fundamentais dos sistemas políticos contemporâneos que o presente trabalho se insere. Nosso objetivo central é apresentar resultados de investigação que procurou avaliar justamente os possíveis efeitos desse afastamento para regimes de baixa tradição democrática, tomando o caso brasileiro como objeto empírico. Nossa intenção é verificar se o fenômeno do apartidarismo identificado pelos autores mencionados anteriormente pode aqui ser considerado como indicativo de sofisticação política do eleitorado, e, portanto, congruente com o aprofundamento de processos democráticos; ou se, contrariamente, tem sido acompanhado de afastamento da vida política e de redução da adesão normativa a essa forma de governo.

Tendo em vista essa intenção, dividimos o texto em quatro seções, além desta introdutória. Inicialmente apresentamos breve revisão sobre a literatura internacional que tem discutido esse novo padrão de cidadania. Posteriormente, adotando um modelo específico de construção de perfis de eleitorado, procuramos identificar o quadro da desafeição dos cidadãos brasileiros em relação aos partidos. Na terceira seção procuramos testar a hipótese da associação desse perfil desafeto com um conjunto de valores e atitudes pró-democracia. Por fim, nas considerações finais avaliamos as implicações dos resultados encontrados para o cenário democrático nacional, bem como para as interpretações correntes sobre a chamada cidadania crítica.

O apartidarismo e seus efeitos

Pesquisadores que têm identificado a emergência de uma cidadania crítica nos países de democracia consolidada têm apontado a sofisticação cognitiva como principal componente desse novo padrão de cidadania. Parte considerável dessa literatura

internacional tem evidenciado o aumento dos níveis educacionais no pós-guerra como fator condicionante da identificação desses cidadãos mais engajados (DALTON, 1984; INGLEHART, 1990). Na verdade, o fator educacional encontra-se amplamente associado ao conhecimento político, à participação política em partidos, em atividades voluntárias e em sindicatos e ainda a outras formas de engajamento político.

Pesquisas empíricas realizadas nos Estados Unidos demonstram que os cidadãos instruídos são mais ativos politicamente em suas comunidades, sendo mais informados sobre a política e mais tolerantes (ALMOND; VERBA, 1989 [1963]). Da mesma maneira, outros trabalhos apontam as habilidades cognitivas e a educação como fundamentos para o engajamento político, envolvendo os cidadãos em eleições, ações diretas sobre campanhas políticas e o engajamento partidário propriamente dito (INGLEHART, 1990; DALTON, 2006; 2007).

Tais argumentos formam a base do modelo de engajamento cognitivo de Dalton (2008; 2013)⁵, o qual entende que a participação partidária é uma forma de mobilização mais frequente entre cidadãos com maior escolaridade, com maior sentimento de eficácia política subjetiva, maior relacionamento com assuntos políticos por meio de conversas, acesso a informações e ativismo eleitoral e participação em associações voluntárias.⁶

Em suma, o modelo de engajamento cognitivo argumenta que a participação política de um indivíduo é motivada por sua capacidade e vontade para processar e compreender informações relacionadas à política⁷. Considerando que tais indivíduos são mais capazes de influenciar politicamente por meio de seu envolvimento em grupos de interesses e partidos, tais cidadãos cognitivamente engajados possuem habilidades para constituírem um eleitorado mais crítico em relação ao processo eleitoral e ao governo (NORRIS, 2000).

Tendo como principal embasamento a teoria da mobilização cognitiva, Dalton

⁵ A partir do engajamento cognitivo dos indivíduos, Dalton (2008; 2013) aponta quatro padrões de mobilização distintos, quais sejam: independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários. A explanação da tipologia descrita pelo autor será alvo de discussão da seção seguinte.

⁶ Além dessas características, outras duas variáveis se destacam no modelo: idade e interesse por política. No entanto, a literatura aponta uma contradição entre os resultados que envolvem tais elementos do engajamento cognitivo, visto que, enquanto Dalton (2013) destaca que grupos etários mais jovens têm níveis mais elevados de educação, mas apresentam, não raras vezes, interesse por política menor que entre outras faixas etárias, Inglehart afirma que indivíduos pós-materialistas seriam mais interessados por política que aqueles materialistas, em especial os jovens.

⁷ Dalton (2013) afirma ainda que a tese do pós-materialismo, de Inglehart, se relaciona ao modelo de engajamento cognitivo, uma vez que, discorrendo sobre o perfil do eleitorado norte-americano, o primeiro autor identificou indivíduos mais instruídos politicamente e não veem os partidos como instituições capazes de atender aos seus objetivos políticos em sua totalidade.

(2013) se dedicou à identificação do perfil do eleitorado norte-americano atual. Para tanto, o autor discute o crescente número de eleitores que se declaram independentes em termos partidários e os fatores que contribuem para essa expansão, bem como identifica o perfil dos “novos independentes” (jovens, mais instruídos e interessados por política, porém sem alianças partidárias como aquelas desenvolvidas na geração de seus pais) e os diferencia daqueles mais velhos, dentre os quais são arraigadas às identificações como “democrata” ou “republicano”.

Com vistas à identificação de diferentes tipos de eleitores entre o público norte-americano, Dalton (2013) criou um Índice de Cognição Partidária, a partir do qual apontou quatro padrões de mobilização distintos, os quais corresponderiam aos perfis de eleitores americanos denominados independentes apolíticos, partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários.

A construção dos perfis do eleitorado norte-americano por Dalton (2013) baseou-se exclusivamente em três variáveis: nível de escolaridade, interesse por política e simpatia partidária. Segundo o autor, educação e interesse por política compõem o indicador de mobilização cognitiva dos indivíduos, o qual, combinado com uma medida de identificação de mobilização partidária, define os quatro diferentes perfis do eleitorado norte-americano.

No primeiro perfil, dos denominados independentes apolíticos, encontraríamos indivíduos pouco sofisticados cognitivamente e sem ligação com os partidos. São eleitores que se apresentam menos preocupados com as questões políticas e com os candidatos, dentre os quais a previsibilidade do comparecimento e da escolha eleitoral são difíceis.

Por sua vez, os partidários rituais seriam guiados pela identidade partidária e, na ausência de recursos cognitivos, apoiam o partido nas eleições por meio da campanha e do voto. São indivíduos com conhecimento limitado sobre questões políticas.

Já os partidários cognitivos são eleitores vinculados a partidos políticos, assim como os partidários rituais, mas que diferem do grupo anteriormente definido pelo fato de que sua participação nas referidas instituições se deve a seu refinamento político, ou, nos termos de Dalton (2013), sua cognição.

Por fim, os apartidários são indivíduos que possuem refinamento cognitivo e que orientam sua atuação política por meio de suas competências, sem dependência de rótulos partidários para a avaliação e escolha de seus candidatos.

A partir desses perfis Dalton (2013) conduz testes que sugerem que quanto maior a cognição dos indivíduos, maior a sua busca por informações sobre temas políticos e seu apoio a valores democráticos. Além disso, o autor identificou que o nível de participação também aumenta, tanto por meio de atividades convencionais quanto por outras, contestatórias ou não convencionais.

Sobre a avaliação dos candidatos e a escolha dos votos, Dalton (2013) encontrou resultados que o permitiram inferir que os eleitores independentes apolíticos são menos propensos a votar e que, quando o fazem, agem por meio de recursos de difícil previsão, baseados até mesmo por sentimentos ou escolhas puramente afetivas. Tais escolhas são permeadas por extrema subjetividade e marcadas pela ausência de racionalidade, típica de eleitores com pouca ou nenhuma cognição política.

Já o voto dos eleitores partidários rituais norte-americanos seria uma escolha baseada prioritariamente em seu processo de socialização, sem influência ou tentativa racional de valoração dos candidatos ou de suas propostas ou programas políticos.

Com relação aos eleitores partidários cognitivos, estes realizariam suas escolhas eleitorais baseados tanto nos vínculos partidários dos candidatos quanto nas propostas apresentadas por eles e por seus partidos. Ainda que sejam muito propensos a votar nos candidatos dos partidos com os quais mantêm laços partidários, entre os eleitores deste perfil foi identificada por Dalton (2013) a possibilidade de alteração do voto por conta do refinamento cognitivo dos indivíduos. Entretanto, segundo o mesmo autor, por se tratar de um sistema político em que os votos são polarizados de maneira dicotômica (democratas/republicanos), a maior parte dos eleitores partidários cognitivos optaria por não votar quando as propostas de seu candidato ou partido não lhe agradam, de modo a não contribuir, por consequência, para a votação do adversário político de seu partido.

Por fim, o eleitor apartidário, desvinculado de laços partidários e dotado de alto grau de sofisticação cognitiva, promove suas escolhas por meio da análise e avaliação de candidatos e propostas, em conformidade com seus interesses e sem preocupação com legendas. Em termos gerais, os resultados apresentados por Dalton (2013) apontam para uma alteração do comportamento do eleitorado dos Estados Unidos rumo a posturas mais racionais quanto à escolha eleitoral, motivada pelo descrédito em relação aos partidos políticos e pela elevação dos níveis educacionais da população como um todo.

Os resultados apresentados por Dalton (2013) o levam a considerar que o aumento dos níveis de ensino, do acesso à informação política e do entendimento quanto

ao papel das instituições são capazes de produzir um processo de mobilização cognitiva que pode ampliar as habilidades políticas e recursos do cidadão médio. Desta maneira, a mobilização cognitiva teria potencial para mudar o processo eleitoral, tornando-o mais próximo ao ideal da teoria democrática, com eleitores capazes de fazer julgamentos independentes dos candidatos e das questões do momento. Tal ideal seria, ainda no entendimento de Dalton (2013), o cidadão mais próximo quanto possível daquele descrito pela teoria da escolha racional.

Em termos dos efeitos mais amplos para o futuro da democracia, a emergência desse novo padrão de cidadania não deveria ser entendida como sinal de fragilidade ou indicador de redução de legitimidade, pois a base atitudinal e valorativa desse indivíduo crítico seria compatível com processos de aprofundamento dessa forma de governo. Em síntese, o cidadão crítico em relação aos partidos não se coloca contra a democracia, apenas identifica que as tradicionais instituições democráticas (entre as quais os partidos) não correspondem ao que se espera delas, sem com isso se desencantar com o ideal democrático como um todo.

Como apontamos no início do texto, esse é o quadro apontado por autores como Dalton (2013) para o contexto das nações com histórico democrático considerável, o que consideramos bastante plausível. O contexto das nações que experimentaram suas transições políticas apenas na Terceira Onda, todavia, é bastante distinto e merece atenção especial quando se trata da avaliação dos potenciais efeitos negativos do apartidismo. Na próxima seção começamos a apresentar os resultados de nosso esforço de análise nessa direção avaliando como os cidadãos nacionais se distribuem entre os perfis de relacionamento com as instituições partidárias.

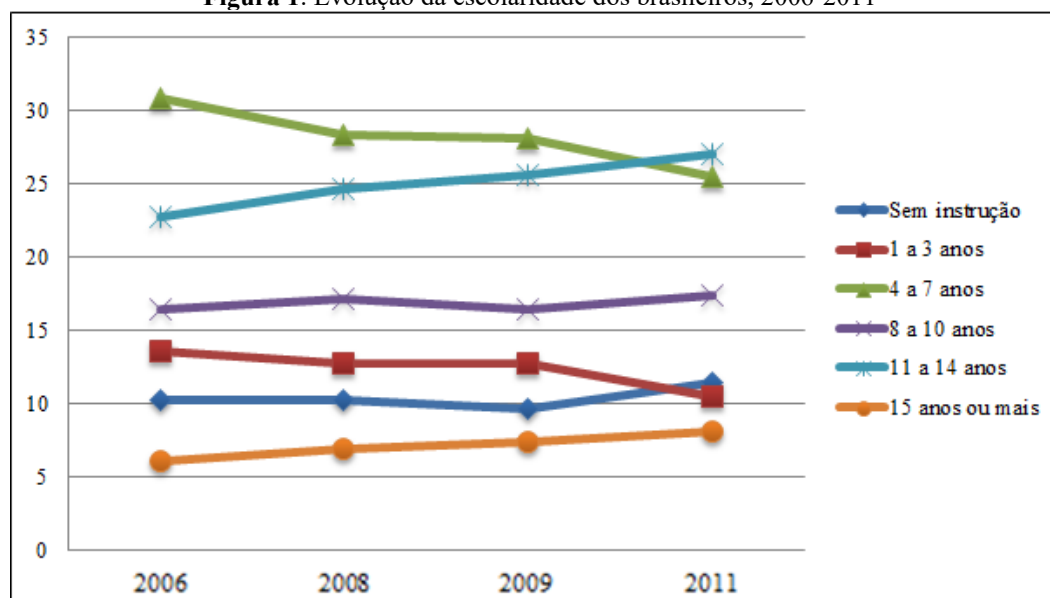
Partidários e apartidários no Brasil

Esta seção tem por finalidade estabelecer um quadro geral do padrão de relações estabelecido entre os cidadãos brasileiros e os partidos políticos, entre os anos de 2006 e 2012, levando em consideração a tipificação estabelecida por Dalton (2013). Como mencionado anteriormente, o modelo proposto por esse autor se fundamenta na combinação das variáveis escolaridade e interesse por política, para compor a medida de cognição, e na medida de simpatia partidária como indicador de partidismo. Sendo assim, iniciamos a composição desse quadro nacional pela identificação da evolução dessas

medidas ao longo dessa curta série histórica selecionada.

A Figura 1 apresenta as alterações nos níveis de escolaridade dos brasileiros entre 2006 e 2011, tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 1. Evolução da escolaridade dos brasileiros, 2006-2011

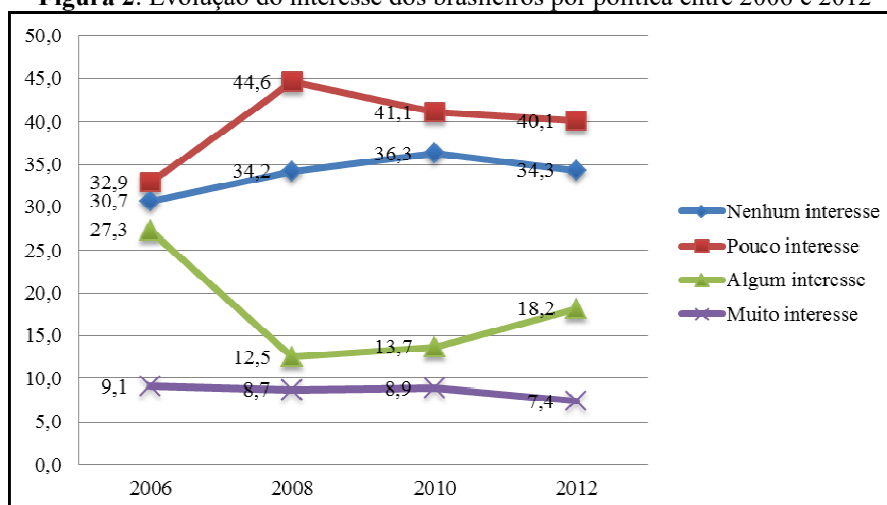


Fonte: PNAD, IBGE, 2006-2011.

Em termos gerais, é possível verificar uma melhoria no nível de escolarização dos brasileiros neste período, com redução no percentual das categorias de menor escolaridade e ampliação dos contingentes das categorias com mais anos de estudo. Comparando-se os resultados referentes a 2006 e 2011, constatamos um decréscimo de aproximadamente 3% no total de brasileiros sem instrução ou com menos de um ano de escolarização e também no grupo dos que possuem de 1 a 3 anos de educação formal. No outro extremo da escala, o grupo dos que possuem de 11 a 14 anos de estudo cresceu mais de 4% e grupo dos mais escolarizados pouco mais de 2%.

De maneira contrária, em se tratando do interesse por política, verificamos uma redução no contingente de interessados entre 2006 e 2008, conforme aponta a Figura 2. Na primeira onda do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) analisada (2006), o percentual de cidadãos *algo* ou *muito interessados* por política atingiu a maior somatória do período, com 36,4% de respostas, mas logo no período seguinte houve brusca alteração do cenário, marcado, principalmente, pelo acréscimo percentual de brasileiros que se declararam *pouco interessados* por política e decréscimo entre aqueles com *algum interesse*.

Figura 2. Evolução do interesse dos brasileiros por política entre 2006 e 2012



Fonte: LAPOP (2006; 2008; 2010; 2012).

Os resultados posteriores a 2008 apontam um patamar de lenta retomada do interesse por política entre os brasileiros, porém, com menor intensidade que a queda verificada no biênio 2006-2008. Confrontando esse indicador com os verificados em outros 17 países incluídos na onda de 2012 do LAPOP, é possível concluir que o interesse por política dos brasileiros é baixo, uma vez que, somados aqueles que manifestaram *algum interesse* ou *muito interesse* por política, ocupamos apenas a 13ª posição⁸.

Conforme mencionado anteriormente, a medida de mobilização cognitiva utilizada por Dalton (2013) consiste no somatório dos recursos escolaridade e interesse por política. A construção de tal índice considera ambas as variáveis como escalas de 4 pontos, cuja soma resulta numa medida de 7 pontos, distribuídos entre 2 e 8. O corte da escala em duas faixas define que indivíduos localizados entre os pontos 2 e 5 possuem baixa mobilização cognitiva, ao passo que aqueles entre os pontos 6 e 8 dispõem de alta mobilização cognitiva. Os resultados referentes a tal índice seguem expostos na Tabela 1.

Tabela 1. Mobilização cognitiva dos brasileiros entre 2006 e 2012 (%)

Perfil	2006	2008	2010	2012
Baixa	90,9	90,2	90,2	88,5
Alta	9,1	9,8	9,8	11,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: LAPOP (2006; 2008; 2010; 2012).

⁸ A tabela completa encontra-se anexa a este artigo.

Os resultados indicam que, diferentemente das variáveis das quais decorre o índice, este não sofreu oscilações negativas no período, ou seja, não foi identificada redução do perfil de alta cognição. Considerando a elevação do nível de escolarização dos brasileiros (verificada também na pesquisa LAPOP e utilizada como medida de escolaridade neste artigo, conforme anexo B) e a redução de seu interesse por política entre 2006 e 2012, a variação positiva da mobilização cognitiva no período confirma a afirmação de Dalton (2013) de que a educação é o cerne de seu modelo de análise.

Com relação à simpatia partidária, os dados coletados pelo LAPOP demonstram maior variação no biênio 2006-2008, quando comparado com os períodos 2008-2010 e 2010-2012.

Tabela 2. Simpatia partidária dos brasileiros entre 2006 e 2012 (%)

Perfil	2006	2008	2010	2012
Sem simpatia partidária	65,2	74,6	70,1	69,5
Com simpatia partidária	34,8	25,4	29,9	30,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: LAPOP (2006; 2008; 2010; 2012).

No período, verificamos a diminuição do partidarismo no primeiro biênio e aumentos no segundo e terceiro. Entretanto, a elevação no percentual de partidários brasileiros não foi suficiente para que esse grupo retornasse aos patamares de 2006.

Em se tratando dos dados referentes à onda de 2008, estes estão de acordo com aqueles analisados por Veiga (2007) a partir de dados dos últimos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEBs), coletados após as eleições majoritárias de 2002, 2006 e 2010. Segundo a autora, bem como Ribeiro, Carreirão e Borba (2011), um dos fatores responsáveis pelo decréscimo de identificação partidária entre os brasileiros, identificado em 2006, seria o conjunto de denúncias de corrupção relacionadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual também se relacionaria à redução de seu interesse por política.

Nesse sentido, os dados referentes aos períodos seguintes indicam que a retomada do crescimento do partidarismo após a crise que se refletiu nos valores encontrados em 2008 vem ocorrendo, porém de maneira mais lenta que a queda. Destaque-se ainda que o percentual de brasileiros que deixou de ser partidário e passou a não partidário foi de 4,33% no somatório do período.

A construção dos perfis do eleitorado desenvolvida por Dalton (2013), como já

mencionamos, consiste na combinação entre mobilização cognitiva e simpatia partidária, conforme exposto na tabela abaixo.

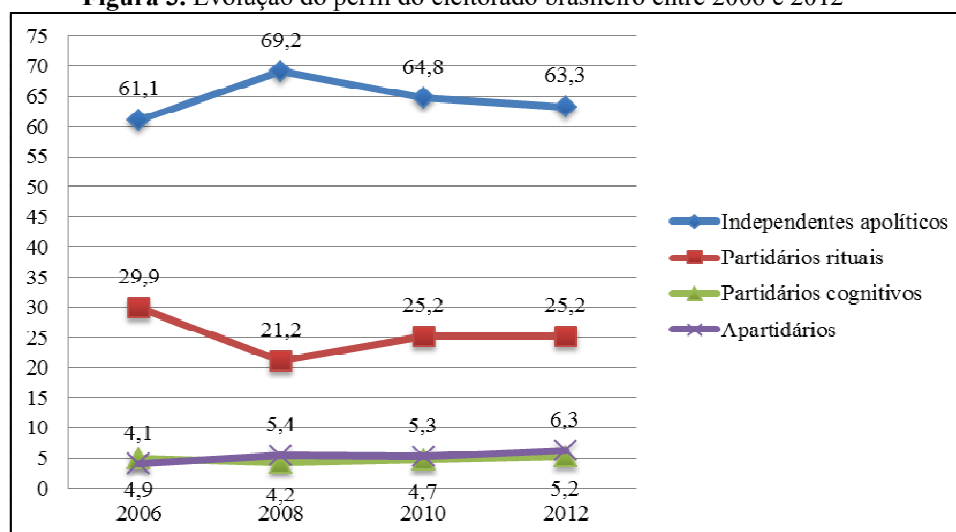
Tabela 3. Índice de cognição partidária

Mobilização cognitiva	Mobilização partidária	
	Sem identificação partidária	Fraca/forte identificação partidária
Alta	Apartidários	Partidários cognitivos
Baixa	Apolíticos independentes	Partidários rituais

Fonte: Adaptado de Dalton (2013, p. 40).

Como discutimos na seção anterior, indivíduos que não possuem simpatia por nenhum partido e dispõem de alto índice de mobilização cognição são classificados como apartidários. Aqueles que se identificam com partidos e também gozam de alta cognição são considerados partidários cognitivos. Cidadãos simpáticos a algum partido que se caracterizam ainda por baixa mobilização cognitiva são identificados como partidários rituais. Por fim, os que não nutrem simpatia por nenhum partido e apresentam baixa cognição são denominados independentes apolíticos. A figura abaixo apresenta a evolução desses perfis entre o público nacional no período analisado e apontam ligeiras variações. Ainda que em termos absolutos as alterações sejam discretas, evidencia-se a redução dos partidários rituais no Brasil entre 2006 e 2012. No mesmo período, os demais perfis sofreram acréscimos. Cabe destacar que, ainda que correspondam a apenas 6,3% do eleitorado brasileiro, os apartidários apresentaram os resultados mais estáveis no período, por conta das elevações nos biênios 2006-2008 e 2010-2012 e considerada ainda a manutenção entre 2008 e 2010.

Figura 3. Evolução do perfil do eleitorado brasileiro entre 2006 e 2012



Fonte: LAPOP (2006; 2008; 2010; 2012).

Ademais, cabe ressaltar que os percentuais de partidários cognitivos e apartidários no Brasil são muito próximos. Apenas quando da primeira onda do LAPOP, em 2006, foram identificados mais partidários cognitivos que apartidários e a partir de 2008, o percentual de indivíduos classificados no segundo perfil se sobrepõe ao do primeiro.

Buscando compreender melhor quem são os indivíduos que se reúnem nos diferentes perfis, empreendemos análises multivariadas para identificar os seus principais preditores. Os modelos tomaram como variáveis independentes alguns atributos sociais e demográficos, quais sejam: sexo, idade, etnia, estado civil e área de residência.

A variável sexo foi codificada com vistas à identificação da ausência/presença do atributo masculino, uma vez que estudos culturalistas recentes têm identificado a sobrerrepresentação masculina nos meios políticos em democracias contemporâneas, um indicativo de desigualdade política entre homens e mulheres num cenário global (RIBEIRO, 2011; WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012). No caso específico dessa pesquisa nos interessa identificar se essa desigualdade se reproduz no padrão de interação entre cidadãos e partidos.

Por sua vez, a variável idade foi inserida para possibilitar a identificação de possíveis efeitos geracionais e de ciclos de vida nessa relação, tais como os verificados por Inglehart (1990) e O'Neill (2001). É preciso, entretanto, considerar que alguns autores têm alertado para o fato de que os indivíduos participam menos quando são muito jovens e muito velhos, o que não permitiria um relacionamento linear entre o ativismo partidário e a idade dos eleitores (WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; DALTON, 2013).

Em tratando do estado civil, trabalhamos com o binômio casado/não casado, adotando o argumento de Dalton (2013), que associa tal característica à idade e afirma que num ciclo de vida normal, o aumento da idade está associado ao desenvolvimento de uma carreira e à propensão a constituição de uma família, fatores que tendem a aumentar a probabilidade dos indivíduos se engajarem em atividades relacionadas à política, como os partidos.

Já com relação às demais variáveis inseridas nos testes, considerando a ausência, no *survey* do LAPOP, de outras medidas relativas ao modelo socioeconômico (a saber, renda, e o fato de escolaridade fazer parte da medida utilizada para compor os perfis), consideramos que etnia e local de residência são boas *proxys* de recursos, tendo em vista a existência de forte associação entre renda e raça e também diferenças significativas

entre eleitores urbanos e rurais, conforme apontam Reis e Castro (1992). Tais autores afirmam ainda a relevância de considerar a “[...] maneira pela qual o aspecto geográfico ou regional se articula com os componentes mais sociológicos do conceito de centralidade” (REIS; CASTRO, 1992, p. 127), o qual é perpassado por variáveis relacionadas à posição social dos indivíduos nas estruturas sociais (MILBRATH; GOEL, 1965; AVELAR, 2004).

Os resultados das regressões logísticas para os quatro perfis de eleitores seguem expostos na tabela abaixo.

Tabela 4. Preditores dos perfis do eleitorado brasileiro

Perfis/ Preditores	Independentes Apolíticos		Partidários Rituais		Partidários Cognitivos		Apartidários	
	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Sexo [Masculino]	-,042	,959	,034	1,035	,145	1,156	-,022	,978
Idade	-,010	,990*	,018	1,019*	-,022	,978*	-,004	,996
Etnia [Branco]	-,102	,903	-,184	,832	,472	1,602	,522	1,685*
Estado civil [Casado]	,040	1,041	-,092	,912	-,068	,934	,338	1,402
Residência [Área urbana]	-,326	,722	,078	1,082	1,129	3,420*	,495	1,640
Constante	1,615	5,028*	-1,900	,150	-4,868	,008	-3,898	,020
% de acertos	56,8		74,4		90,8		91,5	

*sig.<0,05

Fonte: LAPOP (2012).

Em se tratando de preditores dos perfis, verificamos que os atributos sociais e demográficos testados são pouco expressivos em termos de explicação da tipificação. Em se tratando da variável sexo, a ausência de significância nos permite inferir que não existe diferença relevante entre o comportamento de homens e mulheres com relação ao engajamento partidário. O mesmo resultado foi verificado para estado civil, o que significa que o fato de ser casado não influencia o posicionamento do indivíduo em relação aos partidos políticos, quando considerados ainda seus recursos cognitivos.

Já para idade, verificamos efeitos significativos para três perfis. Os efeitos negativos identificados entre independentes apolíticos e partidários cognitivos indicam que o aumento da idade contribui para que os eleitores deixem de pertencer a tais grupos. Em contrapartida, o passar dos anos está associado ao aumento dos partidários rituais.

A capacidade explicativa de etnia para o perfil de apartidários nos permite inferir que ser branco aumenta em 68,5% a chance de um indivíduo ser classificado em tal grupo. Em medida ainda mais expressiva, verificamos que residir na área urbana eleva

em 242% a possibilidade de um eleitor se caracterizar como partidário cognitivo. Essas medidas, consideradas aqui como *proxys* do status socioeconômico, revelam que esses perfis estão associados à posse de recursos materiais e cognitivos.

Apartidismo e democracia

Nesta seção, finalmente apresentamos resultados de análises que procuraram avaliar os efeitos do apartidarismo sobre a democracia, por meio da identificação dos possíveis relacionamentos entre os diferentes perfis considerados anteriormente e a manifestação de alguns valores e atitudes políticas. Em termos empíricos, trata-se especificamente de verificar a capacidade preditiva dos perfis do eleitorado sobre medidas que podem ser considerados como indicadores de uma postura pró-democracia.

Esses resultados foram divididos em três blocos. O primeiro, relacionado a valores democráticos, se detém à questão da adesão ao democratismo. O segundo bloco, que trata de competência política, é composto pela discussão concernente à busca por informação política, à avaliação do conhecimento sobre política e ao sentimento de eficácia política subjetiva. Por fim, o terceiro bloco, que denominamos de participação cívica e ação política, apresenta testes multivariados que relacionam o perfil do eleitorado brasileiro com a participação por meio do voto (comparecimento eleitoral) e de atividades de protesto.

Valores democráticos

Com relação aos valores democráticos, utilizamos um índice de adesão ao democratismo, composto por variáveis que verificam a consistência da opção pela democracia entre os entrevistados⁹ Essa variável indicadora foi inserida como medida dependente no modelo de regressão logística cujo principal preditor a ser testado é a variável contendo os perfis. Como controles foram inseridos os mesmos atributos sociodemográficos utilizados na seção anterior.

⁹ A lista dessas variáveis, suas respectivas perguntas e codificações estão no Apêndice Metodológico, ao final do artigo.

Tabela 5. Preditores do democratismo entre o eleitorado brasileiro

Preditores	B	Exp(B)	Sig.
Perfil			,011
Perfil [Apartidário]	,734	2,084	,009
Perfil [Partidário Cognitivo]	,287	1,332	,311
Perfil [Partidário Ritual]	,352	1,423	,020
Sexo [Masculino]	,187	1,205	,133
Idade	,003	1,003	,514
Etnia [Branco]	-,324	,724	,012
Estado civil [Casado]	,401	1,494	,002
Residência [Área urbana]	,147	1,158	,454
Constante	-,016	,984	,972

Reference category: Perfil [Independente apolítico].

*Change category to Categorical covariate: Indicator*¹⁰.

Percentagem de acertos: 71,3

Fonte: LAPOP (2012).

Os resultados da Tabela 5 indicam que o perfil dos eleitores influencia na adesão à democracia, porém apenas quando comparamos os independentes apolíticos com partidários rituais e apartidários. Ambas as comparações apontam que pertencer a um desses tipos eleitorais eleva a possibilidade de apoio à democracia, em 42 e 108%, respectivamente. Entre os desafetos aos partidos verificamos a maior propensão à manifestação de valores pró-democracia, o que contraria fortemente as hipóteses que associam essa postura crítica à crise de legitimidade do regime como um todo. Portanto, podemos afirmar que a desafeição não deve ser imediatamente identificada como sinal de perigo para nossa jovem democracia.

Além disso, é possível verificar que brancos aderem em menor medida ao referido regime na razão de chance de 28% e ainda que indivíduos casados são mais propensos à adesão ao democratismo em 49%.

Competência política

A primeira variável utilizada para mensurar a competência política dos eleitores brasileiros foi a busca por informações sobre política pela televisão, pelo rádio, pelos jornais ou pela internet. Adotamos um critério rigoroso de análise, por meio do qual diferenciamos aqueles que declararam se informar diariamente daqueles que o fazem

¹⁰ A categorização de variáveis independentes a partir da ferramenta *Indicator* promove a realização de testes internos a partir de sua comparação com *dummy* das demais categorias da variável, ou seja, a categoria de referência é omitida do modelo logístico e as demais categorias são contrastadas pela ausência/presença do atributo referente a cada categoria (MAROCO, 2007).

com menor frequência.

Tabela 6. Preditores da busca por informação sobre política entre o eleitorado brasileiro

Preditores	B	Exp(B)	Sig.
Perfil			,000
Perfil [Apartidário]	,938	2,555	,000
Perfil [Partidário Cognitivo]	,886	2,425	,000
Perfil [Partidário Ritual]	,464	1,591	,000
Sexo [Masculino]	,173	1,189	,107
Idade	,002	1,002	,573
Etnia [Branco]	-,183	,833	,103
Estado civil [Casado]	,159	1,173	,149
Residência [Área urbana]	,373	1,452	,025
Constante	-1,295	,274	,001

Reference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Porcentagem de acertos: 58,5

Fonte: LAPOP (2012).

Os resultados nos permitem afirmar que o perfil do eleitor afeta de forma significativa sua busca por informações, de modo que, considerando as demais categorias da variável, ganhos em termos de simpatia partidária e/ou mobilização cognitiva refletem em aumento da chance do indivíduo de se informar com mais frequência que independentes apolíticos. Em comparação com a categoria de referência (Independente apolítico), verificamos que partidários rituais possuem aproximadamente 59% mais chance de buscar informação junto aos veículos de comunicação, ao passo que entre partidários cognitivos e apartidários, que gozam de alta capacidade cognitiva, tais percentuais atingem 142 e 155 pontos, respectivamente. Ou seja, o maior efeito potencializador da busca por informação política ocorre justamente no perfil dos apartidários, o que pode ser interpretado como segundo indicativo de que essa modalidade de desafeição em relação aos partidos políticos não é acompanhada por alienação política entre os brasileiros, ao menos no que diz respeito a essa dimensão cognitiva do envolvimento político.

Dentre as variáveis de controle, apenas o local de residência se mostrou significativo, indicando que eleitores que residem nas cidades, e conseqüentemente possuem maior acesso aos meios de comunicação, fazem uso de tais recursos em razão de chance 45% maior que entre os indivíduos que residem nas zonas rurais.

Com relação ao conhecimento sobre política, o LAPOP 2012 dispunha de apenas duas questões que consideramos adequadas, as quais questionavam os brasileiros com relação ao nome do atual presidente dos Estados Unidos e sobre quanto tempo dura o

mandato presidencial no Brasil. A partir das respostas às questões, construímos um índice, que possibilitou considerarmos como alto conhecimento aquele manifestado pelos indivíduos que responderam corretamente a ambas as questões. Assim como fizemos no modelo anterior, essa variável dicotômica foi inserida como dependente em equação logística tendo os perfis como principal preditor a ser testado.

Tabela 7. Preditores do conhecimento sobre política entre o eleitorado brasileiro

Preditores	B	Exp(B)	Sig.
Perfil			,000
Perfil [Apartidário]	2,334	10,315	,000
Perfil [Partidário Cognitivo]	1,147	3,147	,002
Perfil [Partidário Ritual]	,485	1,624	,001
Sexo [Masculino]	,699	2,011	,000
Idade	-,013	,987	,003
Etnia [Branco]	,419	1,521	,002
Estado civil [Casado]	,010	1,010	,937
Residência [Área urbana]	,661	1,936	,000
Constante	-1,196	,302	,004

Reference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Percentagem de acertos: 72,8

Fonte: LAPOP (2012).

Desta vez apenas o estado civil dos eleitores não se mostrou estatisticamente significativo. Com relação ao perfil, novamente verificamos que elevações em termos de simpatia partidária e/ou cognição são relevantes em termos de competência política: partidários rituais apresentam 62% mais chances de possuir maior conhecimento sobre política que independentes apolíticos (sempre a categoria de referência), ao passo que entre partidários cognitivos tal percentual aumenta cerca de 215% e atinge 931% entre os apartidários, o que significa que tal grupo possui chances expressivamente superiores de possuir maior conhecimento sobre política. Novamente os resultados caminham na direção da confirmação das hipóteses da cidadania crítica.

Quanto às variáveis sociodemográficas, é possível inferir que eleitores do sexo masculino apresentam 101% mais chances de manifestar alto conhecimento sobre política que mulheres, e que brancos tendem à mesma classificação com probabilidade 52% maior que indivíduos de outras etnias. Com relação à idade, verificamos tendência negativa de baixa expressão (1%), o que indica que, ainda que em medida praticamente irrisória, eleitores mais jovens tendem a um menor conhecimento sobre política.

Por fim, considerando a área de residência dos brasileiros, novamente é perceptível que aqueles que moram em áreas urbanas possuem maior competência

política que moradores das zonas rurais, uma vez que cidadãos urbanos apresentaram 94% mais chances de responder corretamente as questões a que foram inquiridos, em comparação com os que habitam em regiões rurais.

A terceira variável de competência política testada refere-se ao sentimento de eficácia política subjetiva, nos termos de Almond e Verba (1989 [1963]). Na onda de 2012 do LAPOP, a questão referente a tal medida trata da autoavaliação dos brasileiros sobre seu entendimento acerca dos assuntos mais importantes do país.

Tabela 8. Preditores da eficácia política subjetiva entre o eleitorado brasileiro

Preditores	B	Exp(B)	Sig.
Perfil			,000
Perfil [Apartidário]	1,072	2,921	,000
Perfil [Partidário Cognitivo]	,838	2,311	,001
Perfil [Partidário Ritual]	,560	1,751	,000
Sexo [Masculino]	,257	1,294	,034
Idade	,002	1,002	,597
Etnia [Branco]	-,022	,978	,863
Estado civil [Casado]	,043	1,044	,733
Residência [Área urbana]	,240	1,271	,225
Constante	-2,197	,111	,000

Reference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Porcentagem de acertos: 72

Fonte: LAPOP (2012).

A Tabela 8 permite afirmar novamente a relevância dos perfis, já que identificamos maior eficácia à medida que os perfis se aproximam daquele que seria ideal nos moldes da teoria da cidadania crítica (DALTON, 2013): a chance de melhores autoavaliações sobre o entendimento de assuntos relevantes ao Brasil aumenta em 75, 131 e 192%, respectivamente, entre partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários, quando comparados com independentes apolíticos.

Além disso, verificamos mais uma vez a significância da variável sexo, indicativo de que entre os homens o sentimento de eficácia política subjetiva se manifesta em medida 29% maior que entre as mulheres brasileiras.

Participação cívica e ação política

A primeira variável analisada nesta seção trata do comparecimento eleitoral, ou seja, a ação efetiva de votar. Nesse sentido, buscamos identificar os preditores do voto entre os brasileiros, tomando como variável dependente do modelo multivariado o

comparecimento às urnas nas últimas eleições majoritárias, realizadas em 2010.

Tabela 9. Preditores do comparecimento eleitoral entre o eleitorado brasileiro

Preditores	B	Exp(B)	Sig.
Perfil			,014
Perfil [Apartidário]	1,226	3,408	,019
Perfil [Partidário Cognitivo]	,265	1,303	,479
Perfil [Partidário Ritual]	,532	1,702	,015
Sexo [Masculino]	-,174	,840	,298
Idade	,022	1,023	,001
Etnia [Branco]	-,092	,912	,596
Estado civil [Casado]	,558	1,748	,001
Residência [Área urbana]	,053	1,055	,831
Constante	,953	2,594	,103

Reference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Porcentagem de acertos: 88,5

Fonte: LAPOP (2012).

Mais uma vez verificamos importância do perfil do eleitor, ainda que dessa vez restrita aos partidários rituais e apartidários, cuja classificação aumenta em 70 e 241%, respectivamente, a possibilidade de ter votado na eleição majoritária mais recente no Brasil. Novamente, é justamente o perfil desafeto e mobilizado o que mais impactou positivamente essa medida de envolvimento político. Aqui, entretanto, a conclusão destoa daquela que derivaria das teses da cidadania crítica, já que segundo essa perspectiva a postura questionadora estaria associada à abstenção eleitoral e à busca por formas mais diretas de atuação política. Entre os cidadãos brasileiros a desafeição em relação aos partidos, portanto, não está acompanhada da rejeição do voto como modalidade de participação, o que em hipótese alguma pode ser considerado algo negativo em termos de consolidação democrática.

Em se tratando dos partidários cognitivos, estes não apresentam maior propensão ao comparecimento eleitoral que eleitores independentes apolíticos. Nesse sentido, entendemos que tal resultado pode ser reflexo do lulismo (SINGER, 2012), uma vez que o PT responde pela maior parte dos indivíduos simpáticos a partidos políticos no Brasil e nos últimos anos tal partido tem mobilizado eleitores com menores renda e escolaridade (VEIGA, 2011). Nesse sentido, tal resultado corrobora com a análise de Dalton (2013) acerca do voto dos norte-americanos: diante de condições em que o candidato ou as propostas do partido com o qual simpatizam não sejam as melhores, segundo uma avaliação racional por parte dos partidários cognitivos, estes podem não comparecer às urnas ao invés de contribuir com a eleição do candidato que não avaliaram positivamente

ou votar em outro partido/candidato. Em que pesem as diferenças com relação ao multipartidarismo brasileiro e a obrigatoriedade do voto no país, supomos que a explicação de Dalton (2013) para o comportamento eleitoral dos americanos se replique, em alguma medida, entre os partidários cognitivos no Brasil.

Quanto aos demais preditores, verificamos mais uma vez um pequeno efeito da idade, o que indica que o aumento de cada ano de vida eleva em cerca de 2% na chance do eleitor ter votado. Além da idade, o estado civil também se mostrou variável significativa e aponta que ser casado eleva em 75% a possibilidade do indivíduo ter comparecido às urnas em 2010.

A outra questão testada neste bloco discute a competência cívica no que diz respeito à atuação por meio dos protestos. Nesse sentido, utilizamos a questão do LAPOP 2012 referente à participação em manifestações ou protestos públicos nos últimos 12 meses.

Tabela 10. Preditores do protesto entre o eleitorado brasileiro

Preditores	B	Exp(B)	Sig.
Perfil			,000
Perfil [Apartidário]	1,886	6,590	,000
Perfil [Partidário Cognitivo]	1,886	6,591	,000
Perfil [Partidário Ritual]	,437	1,547	,190
Sexo [Masculino]	,473	1,605	,069
Idade	-,015	,986	,151
Etnia [Branco]	-,033	,967	,900
Estado civil [Casado]	-,479	,620	,071
Residência [Área urbana]	,385	1,470	,424
Constante	-4,221	,015	,000

Reference category: Perfil [Independente apolítico].

Change category to Categorical covariate: Indicator.

Percentagem de acertos: 95,3

Fonte: LAPOP (2012).

Com relação à atuação não convencional dos brasileiros, a Tabela 10 nos permite inferir que apenas o perfil dos indivíduos possui significância para sua explicação, ao menos entre as variáveis incluídas no modelo. Em comparação com independentes apolíticos, podemos verificar que partidários rituais e apartidários possuem 559% mais chances de participar de protestos e manifestações. O fato de que o protesto ser uma ação política utilizada pelos eleitores partidários e apartidários, ambos com alta mobilização cognitiva, indica que o protesto é um repertório de ação política utilizado por eleitores portadores de recursos, podendo este eleitor ter vínculo ou não com os partidos.

Considerações finais

Desde o início de junho de 2013, o Brasil foi sacudido por uma onda de protestos que iniciaram em torno do movimento pelo Passe Livre e logo se ampliaram para outros temas e recrutaram novos atores. Entre as bandeiras das manifestações estavam a condenação da classe política, a corrupção, a crítica aos gastos públicos nos grandes eventos esportivos, a falta de infraestrutura e serviços públicos de qualidade e os direitos de minorias, ou seja, uma multiplicidade de questões foram colocadas no espaço público brasileiro durante este período. Uma das questões bastante noticiadas em torno dos protestos, e que está diretamente relacionada com o conteúdo desse artigo, foi o seu caráter apartidário (ou antipartidário). Grupos que levantavam bandeiras de partidos foram rapidamente excluídos de muitas manifestações, o que foi suficiente para se produzissem diagnósticos de que o Brasil estaria presenciando uma “crise de representação” no âmbito de seu sistema partidário. Muitos mesmos chegaram a falar que tal crise de representação indicaria uma crise da democracia no país (DANTAS, 2013; COSTA, 2013; ILHA, 2013; PROSA & VERSO, 2013; INNOVARE, 2013; SETTI, 2013; CASTRO, 2013; GIANNOTTI, 2013; KRAMER, 2013; BRUM, 2013; TOLEDO, 2013; 2013a; BERABA, 2013; BARBARA, 2013; PAULINO; JANONI, 2013; 2013a).

Os dados apresentados nesse artigo ajudam a refletir sobre a relação entre eleitores e partidos políticos no Brasil e, em especial, sobre as consequências do antipartidarismo. Quanto a primeira questão, o que podemos afirmar é que as recentes pesquisas sobre identificação partidária no país não apontam alterações significativas. Se os partidos historicamente foram fracos perante o eleitorado (em termos de lealdades partidárias), eles continuam sendo, mas nem por isso se tornaram mais fracos no período recente (CARREIRÃO; KINZO, 2004; VEIGA, 2011). Pelo contrário, o que temos é uma estabilização nos índices de identificação partidária, segundo os próprios resultados do LAPOP apresentados nesse artigo, no período compreendido entre 2006 e 2012.

Quanto à segunda questão, resta saber quais os significados e as consequências da não identificação partidária para a democracia. O que nossos dados apontam, corroborando a interpretação de Dalton (2013) é que temos *dois tipos de não identificação partidária no país*. De um lado o grupo dos “independentes apolíticos”, formado por eleitores com baixa mobilização cognitiva e sem identificação partidária. Tais eleitores possuem correlatos atitudinais e comportamentais pouco compatíveis com

as exigências normativas da democracia, ou seja, em comparação com os demais perfis de eleitores, possuem baixa informação política, baixo sentimento de eficácia política, baixo conhecimento sobre política, são os que menos comparecem às eleições e os que menos protestam; além de terem baixa adesão à democracia *per se*.

Esse eleitorado tem declinado ao longo das últimas três rodadas do LAPOP, estando hoje em níveis semelhantes àqueles verificados na pesquisa de 2006. Importante também destacar que o declínio dos independentes apolíticos se deu num padrão inferior ao incremento da escolaridade média do brasileiro, ou seja, o aumento da escolarização não tem se refletido necessariamente em ganhos de interesse político e identificação partidária; portanto, em mobilização cognitiva. O problema é que esse eleitor corresponde hoje a mais de 60% do eleitorado nacional, enquanto nos EUA esse contingente não ultrapassava 13 pontos percentuais em 2008. Dados agregados do *European Social Survey* para a parte ocidental do continente indicam que em 2002 esse percentual atingiu pouco mais de 30 pontos. Ainda que esses dados se refiram a períodos distintos, servem como parâmetros para a comparação e colocam a nossa situação como bastante distinta.

Quanto ao segundo tipo de apartidário (aquele com alta mobilização cognitiva), apesar de corresponder a apenas 6,3% do eleitorado em 2012, não estamos tão distantes do padrão internacional, já que nos EUA, em 2008, Dalton (2013) verificou a existência de 19% e os dados europeus registram pouco mais de 10%. Em termos de correlatos atitudinais e comportamentais, esse é o eleitor mais próximo às exigências normativas da democracia, pois é o mais informado, o que possui maior nível de conhecimento político, maior nível de sentimento de eficácia política, é o que mais vota e também protesta. Além disso, é o que apresenta maior adesão à democracia entre todos os perfis estudados. Nesse sentido, considerando o eleitor em questão, falta de identificação partidária não pode ser considerada um indicador de crise de representação ou mesmo de crise da democracia, mas sim que esse eleitor se relaciona com outras instituições (que não os partidos) para exercer sua cidadania política. Trata-se, nesse caso, do “cidadão crítico” descrito por Dalton, Inglehart, Norris, entre outros.

Podemos afirmar, então, que a não identificação partidária é um fenômeno multidimensional, já que temos aqueles sem identificação que apresentam padrões atitudinais e comportamentais típicos da ideia de alienação política (REEF; KNOKE, 1999), assim como também os que se aproximam do ideal do “cidadão crítico”. O

problema é que a distribuição de nosso eleitorado é majoritariamente dominada pelo primeiro perfil, o que coloca a alienação política no centro do diagnóstico de nossa democracia.

Preocupante também é o fato de que o segundo perfil que concentra maior número de eleitores é o partidário ritual¹¹, um perfil que como sabemos está muito próximo daquele descrito por Fábio Wanderley Reis, através da denominação de “síndrome do flamengo”, ou seja, de um eleitor com baixos recursos e baixa capacidade de decodificar o mundo da política, para além de imagens binárias e toscas do quadro político-partidário, que na interpretação de Reis (2000) sobre o Brasil, tem sua forma mais visível na distinção entre “partido dos ricos” e “partido dos pobres”.

Essa configuração do eleitorado nacional, conforme atestam recentes estudos sobre a decisão do voto nas eleições presidenciais no país (RENNÓ, 2007; HUNTER; POWER, 2007; TERRON; SOARES, 2010; RENNO; CABELLO, 2010) estão diretamente relacionados ao fenômeno do lulismo (SINGER, 2012).

Em síntese, no que diz respeito a nossa democracia o problema não reside no apartidarismo ou no desencanto com as instituições representativas tradicionais, pois essa postura pode ser acompanhada de atitudes e valores congruentes com o aprimoramento dessa forma de governo. O problema que permanece como ameaçador é mesmo a alienação política ou a falta de sofisticação política de um contingente majoritário de brasileiros, desmobilizado em termos cognitivos e/ou orientado por noções muito rudimentares sobre o mundo da política.

Referências

- ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].
- AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/UNESP, 2004.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- BARBARA, V. **“Vivemos um momento político extraordinário”, diz historiador**

¹¹ Os percentuais de partidários rituais nos Estados Unidos e Europa atingem cerca de 24 e 20% do eleitorado, respectivamente, ou seja, valores próximos àquele identificado no Brasil. Entretanto, no cenário nacional o contingente de indivíduos concentrados nos perfis relacionados à baixa cognição se aproxima de 90%, ao passo que entre americanos atinge 42% e corresponde a 51% dos europeus. Entendemos, desta forma, que o mais preocupante não seja exatamente o fato dos partidários rituais serem o segundo grupo com maior concentração de eleitores no Brasil, mas o fato dos dois grupos majoritários serem aqueles com menor cognição.

britânico sobre manifestações. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/07/1307572-vivemos-um-momento-politico-extraordinario-diz-historiador-britanico-sobre-manifestacoes.shtml>>. Acesso em 06 jul. 2013.

BERABA, M. **“Após atos, governo não tem interlocutores”**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores,1053152,0.htm>>. Acesso em 13 jul. 2013.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 95-118, 2011.

BRUM, E. **Protestando dúvidas**. Faces e máscaras na revolta sem nome que ocupa as ruas do Brasil. Disponível em <<http://epoca.globo.com//colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/07/bprotestandob-duvidas.html>>. Acesso em 03 jul. 2013.

CARREIRÃO, Y. de S; KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Revista Dados**, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

CASTRO, G. **Barbosa diz que influência dos partidos no processo político deve ser “mitigada”**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/barbosa-diz-que-influencia-dos-partidos-no-processo-politico-deve-ser-mitigada>>. Acesso em 25 jun. 2013.

CATTERBERG, G. *Evaluations, referents of support, and political action in new democracies*. **International Journal of Comparative Sociology**, Thousand Oaks, v. 44, p. 173-198, jun. 2003.

COSTA, H. de O. **As manifestações e a crise de representação política no Brasil**. 05 jul. 2013. Disponível em <<http://jornaldehoje.com.br/as-manifestacoes-e-a-crise-de-representacao-politica-no-brasil/>>. Acesso em 26 jul. 2013.

DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.

_____. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 5. ed. Washington, DC: CQ Press, 2008.

_____. *Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate*. **Electoral Studies**, n. 26, p. 274-286, 2007.

_____. *Citizenship norms and political participation in America: the good news is... the bad news is wrong*. **Occasional Paper Series**, n. 1, 2006.

_____. *Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies*. **Journal of Politics**, n. 46, p. 264-284, 1984.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas **Revista Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 295-320, 2003.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DANTAS, F. **A globalização do protesto jovem**. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/fernando-dantas/2013/07/31/a-globalizacao-do-protesto-jovem/>>. Acesso em 31 jul. 2013.

DELLA PORTA, D. **Introdução a Ciência Política**. Lisboa: Estampa, 2003.

GIANNOTTI, J. A. **Vozes sem voto**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/vozes-sem-voto-de-jose-arthur-giannotti/>>. Acesso em 19 jun. 2013.

HUNTER, W.; POWER, T. *Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the*

Brazilian elections of 2006. Latin American Politics & Society, Spring, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.

ILHA, F. **Especialistas veem início de crise de representação entre sociedade e política**. 19 jun. 2013. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/19/especialistas-veem-inicio-de-crise-de-representacao-entre-sociedade-e-politica.htm>>. Acesso em 23 jul. 2013.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. *Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline. International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, out. 2002.

INNOVARE. **Quem é e o que pensa o manifestante de Belo Horizonte**. Disponível em <<http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/innovare-2/quem-e-e-o-que-pensa-o-manifestante-de-belo-horizonte/>>. Acesso em 23 jun. 2013.

KRAMER, D. **Atrás do fio elétrico**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/atras-do-fio-eletrico-de-dora-kramer/>>. Acesso em 12 jul. 2013.

LATIN American Public Opinion Project. Banco de dados. 2012.

_____. **Banco de dados**. 2010.

_____. **Banco de dados**. 2008.

_____. **Banco de dados**. 2006.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Silabo, 2007.

MAYER, R. **Os partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT**. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MILBRATH, L.; GOEL, M. L. *Political participation*. Boston: University Press of America, 1965.

NORRIS, P. *Political activism: new challenges, new opportunities*. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652, 2007.

_____. *A virtuous circle: political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

O'NEILL, B. *Generational Patterns in the Political Opinions and Behaviour of Canadians, Policy Matters*, Montreal, v. 2, n. 5, 2001.

PAULINO, M.; JANONI, A. **Insegurança econômica aumenta o impacto político dos protestos**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303768-inseguranca-economica-aumenta-o-impacto-politico-dos-protestos.shtml>>. Acesso em 30 jun. 2013.

_____. **Análise: Protestos refletem crises de representação e representatividade**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298140-analise-protestos-refletem-crises-de-representacao-e-representatividade.shtml>>. Acesso em 20 jun. 2013a.

PROSA & Verso. **Lara Resende e Marcos Nobre divergem sobre protestos no Brasil**. 06. Jul. 2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/07/06/lara-resende-marcos-nobre-divergem-sobre-protestos-no-brasil-502668.asp>>. Acesso em 27 jul. 2013.

PUTNAM, R. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

REIS, F. W. **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p. 81-131, 1992.

RENNÓ, L. R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 260-282, nov. 2007.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 39-60, 2010.

RIBEIRO, E. A. Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. In: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 195-218, 2011.

RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y. De S.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 333-368, nov. 2011.

RIBEIRO, E. A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, p. 167-182, 2011.

SETTI, R. **IBOPE: A Presidência da República foi a instituição que mais perdeu a confiança dos brasileiros**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/presidencia-da-republica-foi-a-instituicao-brasileira-que-mais-perdeu-a-confianca-dos-brasileiros-apos-o/>>. Acesso em 02 ago. 2013.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Revista Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

TOLEDO, J. R. de. **IBOPE: protestos derrubam credibilidade das instituições**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ibope-protestos-derrubam-credibilidade-das-instituicoes,1059657,0.htm>>. Acesso em 01 ago. 2013.

_____. **Análise: políticos falharam na resposta às ruas, mostra pesquisa**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,analise-politicos-falharam-na-resposta-as-ruas-mostra-pesquisa,1057410,0.htm>>. Acesso em 26 jul. 2013a.

TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Orgs.). **Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions and politics**. Londres: Routledge, 2006.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. *Going, going... gone? The decline of party membership in contemporary Europe*. **European Journal of Political Research**, n. 51, p. 24-56, 2012.

VEIGA, L. F. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, nov. 2011.

_____. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, nov. 2007.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. *Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'Civic' Payoff?* **Journal of Civil Society**, London, v. 1, n. 2, p. 121-146, set. 2005.

WITHELEY, P. *Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World*. **Party Politics**, v. 17, n. 21, 2011.

Apêndice metodológico: Informações técnicas das variáveis

Escolaridade [2006]

[VS2] Até que série o(a) sr.(a) estudou?

Codificação: 1= Analfabeto/Sem instrução
2= Primeiro ano do Ensino Fundamental
3= Segundo ano do Ensino Fundamental
4= Terceiro ano do Ensino Fundamental
5= Quarto ano do Ensino Fundamental incompleto
6= Quarto ano do Ensino Fundamental/Primário completo
7= Quinta série/Primeiro ano Ginásio
8= Sexta série/Segundo ano Ginásio
9= Sétima série/Terceiro ano Ginásio
10= Oitava série incompleta/Quarto ano Ginásio incompleto
11= Oitava série/Quarto ano Ginásio/Primeiro Grau completo
12= Primeiro ano do Ensino Médio/Primeiro ano do Segundo Grau
13= Segundo ano do Ensino Médio/Segundo ano do Segundo Grau
14= Terceiro ano do Ensino Médio/ Segundo Grau incompleto
15= Terceiro ano do Ensino Médio/ Segundo Grau completo
16= Iniciou faculdade/universidade mas não se formou
17= Graduação/faculdade
18= Mestrado
19= Doutorado
20= *Lato sensu*
21= Pós-Doutorado

Recodificação: 1= Até Ensino Fundamental completo [1 a 11]
2= Até Ensino Médio completo [12 a 15]
3= Ensino pós-Médio ou Superior incompleto [16]
4= Ensino Superior completo ou Pós-graduação [17 a 21]

Escolaridade [2008/2010/2012]

[ed] Qual foi o último ano de educação que você completou ou foi aprovado?

Codificação: Aberta

Recodificação: 1= Até Ensino Fundamental completo (0 a 8 anos de estudo)
2= Até Ensino Médio completo (9 a 11 anos de estudo)
3= Ensino pós-Médio ou Superior incompleto (12 a 14 anos de estudo)
4= Ensino Superior completo ou Pós-graduação (15 ou mais anos de estudo)

Interesse por política [2006/2008/2010/2012]

[pol1] Quanto interesse você tem pela política: muito, algum, pouco ou nenhum?

Codificação: 1= Muito
2= Algum
3= Pouco
4= Nenhum

Recodificação: 1= Nenhum
2= Pouco
3= Algum
4= Muito

Mobilização cognitiva [2006/2008/2010/2012]

Índice somatório das variáveis escolaridade e interesse por política, ambas recodificadas.

Codificação: 2= Baixa mobilização cognitiva
3= 3
4= 4
5= 5
6= 6
7= 7
8= Alta mobilização cognitiva

Recodificação: 1= Baixa [2 a 5]
2= Alta [6 a 8]

Simpatia partidária [2006/2008/2010/2012]

[vb10] Neste momento, simpatiza com algum partido político?

Codificação: 1= Sim
2= Não

Recodificação: 1= Não
2= Sim

Independente apolítico [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 1 e simpatia partidária= 1

Partidário Ritual [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 1 e simpatia partidária= 2

Partidário Cognitivo [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 2 e simpatia partidária= 2

Apartidário [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 2 e simpatia partidária= 1

Sexo [2012]

[q1] Gênero

Codificação: 1= Homem
2= Mulher

Recodificação: 1= Feminino
2= Masculino

Idade [2012]

[q2] Qual a sua idade em anos completos?

Codificação: Aberta

Recodificação: Sem necessidade.

Etnia [2012]

[etid] Você se considera uma pessoa branca, mestiça, indígena, negra, mulata ou outra?

Codificação: 1= Branco
2= Mestiço
3= Indígena
4= Negro
5= Mulato
6= Moreno
7= Outro
9= Chinês
10= Indiano
11= Javanês
12= Quilombola

Recodificação: 0= Não branco
1= Branco

Estado civil [2012]

[q11] Qual é seu estado civil?

Codificação: 1= Solteiro
2= Casado

3= União livre
4= Divorciado
5= Separado
6= Viúvo
Recodificação:0= Não casado
1= Casado

Área de residência [2012]

[ur] Âmbito
Codificação: 1=Urbano
2= Rural
Recodificação:1=Rural
2= Urbano

Busca por informação sobre política [2012]

[gi0] Com que frequência segue as notícias, seja pela televisão, pelo rádio, pelo jornal ou pela internet?
Codificação: 1= Diariamente
2= Algumas vezes por semana
3= Algumas vezes ao mês
4= Raramente
5= Nunca
Recodificação:0= Baixa [2 a 5]
1= Alta [1]

Conhecimento sobre política [2012]

[gi1] Como se chama o atual presidente dos Estados Unidos?
Codificação: 1= Correto
2= Incorreto
88= Não sabe
Recodificação:0= Incorreto [2 e 88]
1= Correto

[gi4] Quanto tempo dura o mandato presidencial no país?

Codificação: 1= Correto
2= Incorreto
88= Não sabe
Recodificação:0= Incorreto [2 e 88]
1= Correto

O índice de conhecimento sobre política foi construído pela somatória das acima descritas, ambas recodificadas.

Codificação: 0= Sem conhecimento
1= Baixo
2= Alto
Recodificação:0= Baixo [0 e 1]
1= Alto

Eficácia política subjetiva

[eff2] Você sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?

Codificação: 1= Muito em desacordo
2= 2
3= 3
4= 4
5= 5
6= 6
7= Muito de acordo
Recodificação:0= Baixa [1 a 4]
1= Alta [5 a 7]

Comparecimento eleitoral [2012]

[vb2] Votou nas últimas eleições presidenciais?

Codificação: 1= Sim

2= Não

Recodificação:0= Não

1= Sim

Participação [2012]

[np1] Já assistiu a uma discussão aberta ou sessão da Câmara municipal?

Codificação: 1= Sim

2= Não

Recodificação:0= Não

1= Sim

[cp8] Reuniões de um comitê ou junta para melhorias da comunidade. Assiste:

Codificação: 1= Uma vez por semana

2= Uma ou duas vezes ao mês

3= Uma ou duas vezes ao ano

4= Nunca

Recodificação:0= Nunca

1= Uma ou duas vezes ao ano

2= Uma ou duas vezes ao mês

4= Uma vez por semana

[cp13] Reuniões de um partido ou movimento político. Assiste:

Codificação: 1= Uma vez por semana

2= Uma ou duas vezes ao mês

3= Uma ou duas vezes ao ano

4= Nunca

Recodificação:0= Nunca

1= Uma ou duas vezes ao ano

2= Uma ou duas vezes ao mês

4= Uma vez por semana

O índice de participação foi construído pela somatória das acima descritas, ambas recodificadas.

Codificação: 0= Nenhuma participação

1= 1

2= 2

3= 3

4= 4

5= 5

6= 6

7= 7

8= 8

9= 9

10= Alta participação

Recodificação:0= Nenhuma participação [0]

1= Participação [1 a 10]

Protesto [2012]

[prot3] Nos últimos 12 meses, participou de manifestação ou protesto público?

Codificação: 1= Sim, participou

2= Não participou

Recodificação:0= Não participou

1= Participou

Democratismo [2012]

[dem2] Com qual das seguintes frases você está mais de acordo:

Codificação: 1= Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático como um não democrático
2= A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
3= Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um democrático

Recodificação: 0= Não democrático [1 e 3]

1= Democrático [2]

[dem1 1] Você crê que em nosso país faz falta um governo de pulso firme?

Codificação: 1= Pulso firme
2= Participação de todos

Recodificação: 0= Não democrático [1]

1= Democrático [2]

[ing4] Pode ser que a democracia tenha problemas, mas é melhor do que qualquer forma de governo.

Codificação: 1= Discorda totalmente

2= 2

3= 3

4= 4

5= 5

6= 6

7= Concorde totalmente

Recodificação: 0= Não democrático [1 a 3]

1= Algo democrático [4]

2= Democrático [5 a 7]

O índice de democratismo foi construído pela somatória das acima descritas, ambas recodificadas.

Codificação: 0= Não democrático

1= 1

2= 2

3= Democrático

Recodificação: 0= Baixo democratismo [0 e 1]

1= Alto democratismo [2 e 3]

Importância do voto [2012]

[aut1] Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor.

Codificação: 1= Necessitamos de um líder forte que não precisa ser eleito
2= A democracia eleitoral é o melhor

Recodificação: Sem necessidade

Anexo A – Interesse por política entre países da América Latina

		Interesse por política			
		Nada interessado	Pouco interessado	Algo interessado	Muito interessado
País	México	26,8%	40,8%	27,1%	5,4%
	Guatemala	37,1%	37,6%	20,9%	4,4%
	El Salvador	38,2%	33,3%	17,7%	10,7%
	Honduras	29,0%	40,0%	21,0%	10,0%
	Nicarágua	34,4%	34,2%	18,0%	13,4%
	Costa Rica	43,0%	34,6%	15,8%	6,6%
	Panamá	47,5%	27,1%	20,4%	5,0%
	Colômbia	33,8%	34,1%	22,1%	10,0%
	Equador	34,4%	38,7%	20,4%	6,6%
	Peru	33,4%	41,6%	19,6%	5,5%
	Paraguai	33,9%	37,8%	17,6%	10,6%
	Uruguai	31,2%	22,8%	29,3%	16,7%
	Brasil	34,3%	40,1%	18,1%	7,4%
	República Dominicana	31,7%	17,4%	30,5%	20,4%
	Haití	36,4%	40,9%	16,6%	6,1%
	Jamaica	25,9%	35,2%	26,2%	12,7%
	Guiana	33,7%	38,5%	20,2%	7,6%
	Belize	24,3%	34,6%	27,4%	13,7%

Fonte: LAPOP (2012).

Anexo B – Escolaridade dos brasileiros entre 2006 e 2012 (%)

Nível	2006	2008	2010	2012
Até Ensino Fundamental completo	54,0	58,4	48,2	40,8
Até Ensino Médio completo	37,1	31,1	41,9	44,7
Ensino pós-Médio ou Superior incompleto	4,8	3,5	4,5	7,2
Ensino Superior completo ou Pós-graduação	4,1	7,0	5,4	7,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: LAPOP (2006; 2008; 2010; 2012).